


ENVELHECIMENTO FEMININO E EXCLUSÃO DIGITAL: RESISTÊNCIAS AO ETARISMO NA ERA DAS REDES SOCIAIS

FEMALE AGING AND DIGITAL EXCLUSION: RESISTANCE TO AGEISM IN THE ERA OF SOCIAL MEDIA

ENVEJECIMIENTO FEMENINO Y EXCLUSIÓN DIGITAL: RESISTENCIA AL EDADISMO EN LA ERA DE LAS REDES SOCIALES

 <https://doi.org/10.56238/arev7n6-232>

Data de submissão: 20/05/2025

Data de publicação: 20/06/2025

Aline Sara Mendes dos Santos
Mestranda em Sociologia Política
Universidade Vila Velha (UVV)
E-mail: aliuvvsp@gmail.com

Rose Alves de Oliveira
Mestranda em Sociologia Política
Universidade Vila Velha (UVV)
E-mail: rose.oliveira@uvvnet.com

Aurélia Assis Monteiro
Mestranda em Sociologia Política
Universidade Vila Velha (UVV)
E-mail: nina.assis.monteiro@gmail.com

RESUMO

Este trabalho discute os impactos do etarismo sobre mulheres no processo de envelhecimento na era digital, com foco na exclusão social e digital vivenciada por elas nas redes sociais. A partir de uma abordagem qualitativa, foram analisados depoimentos de mulheres com mais de 50 anos, cujas experiências revelam como o envelhecimento feminino é atravessado por barreiras estruturais, simbólicas e tecnológicas. O estudo dialoga com referenciais teóricos sobre etarismo, interseccionalidade e exclusão social, evidenciando que os desafios enfrentados não se limitam à questão do acesso às tecnologias, mas se estendem à deslegitimação da experiência, à vigilância estética e à invisibilização de suas trajetórias. Por outro lado, as narrativas também demonstram movimentos de resistência, reinvenção e produção de novos sentidos sobre o envelhecer, tanto na vida quanto no ambiente digital.

Palavras-chave: Envelhecimento feminino. Etarismo digital. Exclusão social. Interseccionalidade. Resistência.

ABSTRACT

This paper discusses the impacts of ageism on women in the aging process in the digital age, focusing on the social and digital exclusion they experience on social media. Using a qualitative approach, testimonies from women over 50 were analyzed, whose experiences reveal how female aging is crossed by structural, symbolic and technological barriers. The study dialogues with theoretical references on ageism, intersectionality and social exclusion, showing that the challenges faced are not

limited to the issue of access to technologies, but extend to the delegitimization of experience, aesthetic surveillance and the invisibility of their trajectories. On the other hand, the narratives also demonstrate movements of resistance, reinvention and production of new meanings about aging, both in life and in the digital environment.

Keywords: Female aging. Digital ageism. Social exclusion. Intersectionality. Resistance.

RESUMEN

Este artículo analiza los impactos del edadismo en las mujeres durante el proceso de envejecimiento en la era digital, centrándose en la exclusión social y digital que experimentan en las redes sociales. Mediante un enfoque cualitativo, se analizaron testimonios de mujeres mayores de 50 años, cuyas experiencias revelan cómo el envejecimiento femenino se ve atravesado por barreras estructurales, simbólicas y tecnológicas. El estudio dialoga con referentes teóricos sobre el edadismo, la interseccionalidad y la exclusión social, mostrando que los desafíos que enfrentan no se limitan al acceso a las tecnologías, sino que se extienden a la deslegitimación de la experiencia, la vigilancia estética y la invisibilidad de sus trayectorias. Por otro lado, las narrativas también evidencian movimientos de resistencia, reinención y producción de nuevos significados sobre el envejecimiento, tanto en la vida como en el entorno digital.

Palabras clave: Envejecimiento femenino. Edadismo digital. Exclusión social. Interseccionalidad. Resistencia.

1 INTRODUÇÃO

O preconceito contra mulheres é um fenômeno histórico e estrutural, com raízes profundas nas tradições patriarcais. Desde as narrativas religiosas, como a história de Eva, marcada pela culpa atribuída à expulsão do homem do paraíso, até as construções filosóficas da Antiguidade, o feminino foi frequentemente associado à fragilidade, à futilidade e à reprodução. Na Grécia Antiga, por exemplo, Muraro (1993) relata que as mulheres eram vistas principalmente como instrumentos para a reprodução e os afazeres domésticos, sendo frequentemente descartadas ao atingirem a maturidade e deixarem de ser consideradas férteis. Essa lógica misógina perpassa os séculos, manifestando-se em frases populares como “os homens envelhecem como vinho e as mulheres como leite” e em comportamentos sociais que contribuem para a normalização do envelhecimento masculino e a demonização do envelhecimento feminino.

Nesse contexto de desvalorização, o gerontólogo americano Robert Butler cunhou, em 1969, o termo etarismo (ou *ageism*, em inglês) para descrever a discriminação sistemática contra pessoas com base na idade, especialmente contra os idosos (Minichiello; Browne; Kendig, 2000). Trata-se de um preconceito que se manifesta tanto em atitudes individuais quanto em estruturas institucionais, produzindo exclusão social, desvalorização da experiência e marginalização.

A exclusão vivenciada pelas mulheres no processo de envelhecimento é intensificada por padrões de beleza e produtividade impostos desde a juventude. O etarismo opera, assim, de forma interseccional, atravessando gênero, classe, raça e acesso à tecnologia, o que reforça a necessidade de abordagens críticas e integradas para compreender os múltiplos efeitos do envelhecimento na sociedade contemporânea. Como destacam Mozzato e Paiva (2023), esse tipo de preconceito também se evidencia nas relações de trabalho, quando a experiência feminina é deslegitimada frente às expectativas de inovação e adaptação tecnológica.

Envelhecer na era das redes sociais, marcadas pela exaltação da juventude e pelos padrões estéticos artificiais, representa um desafio singular para mulheres maduras. As plataformas digitais, ao privilegiarem corpos e narrativas alinhadas à estética da juventude, reforçam esses estereótipos. A pressão estética por procedimentos faciais tornou-se mais difundida, e a constante comparação sobre quem envelhece “melhor” agora assombra qualquer mulher com acesso à tecnologia. Este mundo cada vez mais conectado, no qual a tecnologia domina os espaços de interação e trabalho, nem sempre é acessível a todos, e as mulheres na maturidade enfrentam desafios únicos nesse processo de transição. Consequentemente, mulheres mais velhas são duplamente penalizadas: por não se enquadrarem nos padrões de beleza juvenis e por não serem vistas como agentes produtivos ou inovadores.

Diante desse cenário, torna-se urgente escutar as vozes de mulheres que, apesar das barreiras impostas pelo etarismo digital, insistem em marcar presença no ambiente virtual. Este estudo parte do pressuposto de que tais vozes não apenas denunciam as formas de exclusão, mas também revelam estratégias de resistência que desestabilizam a lógica hegemônica das redes. Por meio da escuta sensível de mulheres que vivenciam o envelhecimento no contexto digital, busca-se compreender como essas experiências dialogam com os marcos teóricos do etarismo, da interseccionalidade e da exclusão social. Assim, o presente trabalho se propõe a analisar as narrativas de mulheres maduras em ambientes digitais como expressões de enfrentamento à exclusão etária e de reivindicação por visibilidade, reconhecimento e pertencimento.

2 METODOLOGIA

Este estudo utiliza uma metodologia qualitativa e exploratória, passando a entender como mulheres com 50 anos ou mais lidam com o processo de envelhecimento no ambiente digital.

A seleção das participantes foi realizada por meio de amostragem intencional, com base nos seguintes critérios: identificação de mulher; ter 50 anos ou mais; residir em áreas urbanas periféricas; e possui, ainda que de forma limitada, algum grau de interação com tecnologias digitais como: redes sociais, aplicativos de mensagens ou uso básico da internet.

Foram entrevistadas 5 mulheres de forma online, uma opção metodológica que se revelou levando em conta a disponibilidade de tempo das participantes, a conveniência do formato e as distâncias geográficas entre elas. O formato virtual facilitou o contato com mulheres de diversas regiões, possibilitando uma diversidade maior de vivências para que mulheres de diversas regiões pudessem compartilhar suas experiências. Durante as reuniões, discutimos temas como o uso diário das tecnologias, experiências de exclusão e preconceito nas redes sociais devido à idade, dificuldades relacionadas com dispositivos digitais e maneiras de permanecer e resistir nesses ambientes. As entrevistadas compartilharam táticas para permanecerem ativas apesar das barreiras etárias, superando desafios e redefinindo o papel social da mulher no século XXI.

O quadro a seguir fornece os nomes, as idades e as profissões ou atividades exercidas pelas entrevistadas.

Quadro 1: Perfil das entrevistadas.

Nome	Idade	Profissão / Atividade
Entrevistada 1	56 Anos	Decoração de Festas
Entrevistada 2	48 Anos	Empreendedora
Entrevistada 3	60 Anos	Vendedora
Entrevistada 4	58 Anos	Aposentada
Entrevistada 5	62 Anos	Publicitária

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

3 ETARISMO FEMININO E A EXCLUSÃO DIGITAL

Para Bytheway (2001), o etarismo é uma forma intrincada de preconceito vinculada a um contexto histórico específico, sustentada por convicções que associam o envelhecimento à perda de valor, utilidade e autonomia. Em sociedades que cultuam a juventude, impõem-se padrões rígidos de comportamento conforme a idade, e o etarismo se manifesta por meio de expectativas sociais rígidas sobre o comportamento adequado a cada faixa etária, resultando em exclusões simbólicas e materiais. A autora ainda reforça que, esse tipo de preconceito se manifesta por meio de expectativas sociais rígidas sobre o comportamento adequado a cada faixa etária, resultando em exclusões simbólicas e materiais.

No caso das mulheres, essa exclusão é intensificada por padrões de beleza e produtividade impostos desde a juventude, sendo agravada pelo funcionamento das redes sociais, que reforçam esses estereótipos ao privilegiar corpos e narrativas alinhadas à estética da juventude (Bandeira; Ronchi, 2022). Tais dinâmicas de etarismo e exclusão revelam que o etarismo opera de forma interseccional, atravessando gênero, classe, raça e acesso à tecnologia, o que reforça a necessidade de abordagens críticas e integradas para compreender os múltiplos efeitos do envelhecimento na sociedade contemporânea (Collins; Bilge, 2021).

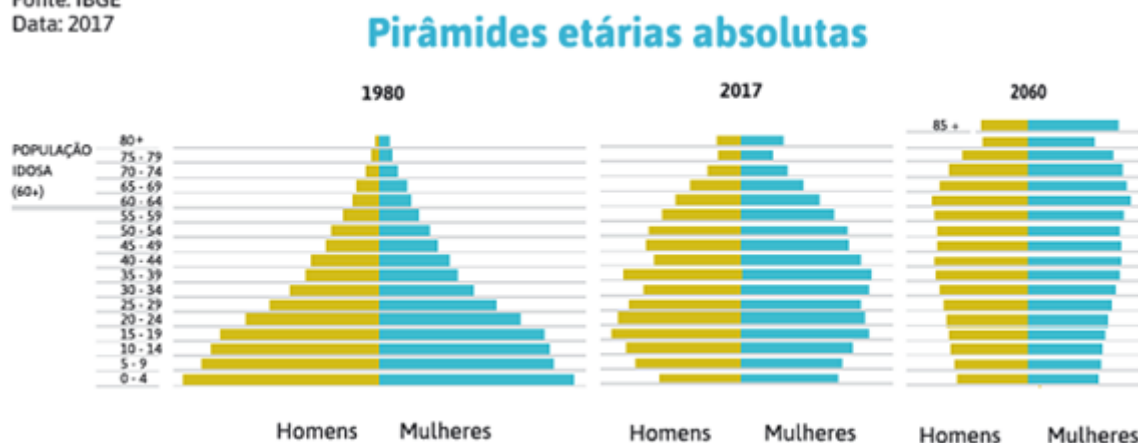
De acordo com Soares, Mattaraia e Castro (2024), as mulheres enfrentam não apenas o preconceito etário, mas também uma forma de invisibilidade social decorrente de um imperativo cultural de juventude. Nesse contexto, a juventude deixa de ser compreendida como uma fase da vida e passa a ser exigida como atributo necessário para a permanência e valorização no mercado de trabalho.

Nas últimas décadas, a composição etária da população brasileira sofreu mudanças significativas, como consequência da transformação demográfica caracterizada pelo prolongamento da expectativa de vida e pelo aumento das taxas de nascimentos e óbitos. Essa dinâmica resultou na alteração da pirâmide etária tradicional, que antes possuía uma base ampla, indicando uma população jovem, e um topo reduzido, com poucos idosos, para um formato mais retangular evidenciando o envelhecimento populacional (Camarano, 2016), veja a Figura 1. Este processo torna-se ainda mais

notável quando se consideram os gêneros separadamente, pois, ao longo dos séculos, as mulheres apresentaram maior longevidade em relação aos homens (IBGE, 2022).

Figura 1: Pirâmides etárias absolutas da população brasileira nos anos de 1980, 2017 e projeção para 2060

Fonte: IBGE
Data: 2017



Conforme demonstrado acima, embora o aumento da população idosa feminina represente um progresso nas condições de vida e saúde, também evidencia novos desafios sociais. Vivemos em uma era marcada por transformações tecnológicas profundas e aceleradas. A informatização dos processos, a conexão em tempo real e a utilização cada vez maior de aparelhos inteligentes estão alterando a maneira como nos comunicamos, utilizamos serviços, geramos conhecimento e interagimos com o mundo. Nesse contexto, a habilidade com as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) tornou-se essencial para a inclusão social e para o pleno exercício da cidadania. Esse cenário nos leva a repensar a forma como concebemos a velhice e qual mundo estamos preparando para essa população e para nós mesmos no futuro.

Para sobreviver em uma sociedade digital, são necessárias determinadas competências, recursos e apoios que, muitas vezes, não estão ao alcance dessa parcela da população. Principalmente para as mulheres, os obstáculos patriarcais agravam sua inserção no mundo digital, como a renda restrita, consequência de fatores como a escassez de empregos e a desigualdade salarial histórica. A cultura do homem como provedor e da mulher como responsável pelos afazeres maternos e domésticos ainda influencia as condições de acesso, dificultando também o direito à aposentadoria, que, uma vez alcançada, muitas vezes é limitada à aquisição de medicamentos (ONU Mulheres, 2024; IBGE, 2024).

Esses elementos afetam diretamente a capacidade de aquisição de aparelhos tecnológicos avançados, como smartphones e computadores, bem como a utilização de serviços de internet de alta qualidade. Ademais, em áreas rurais ou periféricas, a infraestrutura digital é frequentemente precária,

restringindo ainda mais a disponibilidade de tecnologia. De acordo com Soares, Mattaraia e Castro (2024), as mulheres enfrentam não apenas o preconceito etário, mas também uma forma de invisibilidade social decorrente de um imperativo cultural de juventude. Nesse contexto, a juventude deixa de ser compreendida como uma fase da vida e passa a ser exigida como atributo necessário para a permanência e valorização no mercado de trabalho.

A exclusão digital, portanto, não se limita à falta de acesso a dispositivos eletrônicos ou conexão à internet. Ela envolve também dimensões como a ausência de competências técnicas, o desinteresse gerado por experiências negativas anteriores e o sentimento de inadequação frente às tecnologias, o que se intensifica no caso das mulheres idosas (Warschauer, 2003). Dessa forma, além dos desafios estruturais, como a falta de acesso a dispositivos e conexões de alta qualidade, há barreiras culturais e psicológicas que dificultam sua integração no contexto digital.

Esses obstáculos são atravessados por elementos sociais de gênero, pois historicamente o papel feminino esteve associado ao cuidado, ao ambiente doméstico e à subordinação, afetando diretamente sua interação com a tecnologia, muitas vezes percebida como um domínio exclusivamente masculino e técnico (Ferracioli, 2021). Em grande parte dos casos, essas mulheres cresceram em ambientes onde a educação formal era limitada e as oportunidades de formação técnica, particularmente no campo tecnológico, eram praticamente inexistentes. Como destacam Alvim, Rocha e Chariglione (2018), muitas pessoas assimilam a noção de que são “incapazes” ou que “não possuem mais idade” para aprender algo novo, especialmente algo tão distante de sua realidade histórica quanto os aparelhos digitais.

Além disso, existe um fator psicológico de grande relevância: o receio de serem julgadas. Numerosas mulheres idosas expressam vergonha ao solicitar assistência a pessoas mais jovens ou ao cometer erros ao utilizar telefones móveis ou computadores, temendo serem consideradas “obsoletas” ou “desnecessárias” (Tavares; Souza, 2012). Este sentimento é intensificado por normas sociais que exaltam a juventude, a eficiência e a aparência jovem, atributos que marginalizam mulheres de idade mais avançada das posições de liderança, inclusive no meio digital.

O impacto das experiências emocionais e do isolamento social é outro aspecto crucial. Muitas dessas mulheres dedicaram a maior parte da vida aos outros: filhos, netos, parceiros e não construíram redes de suporte entre si. Isso pode resultar em uma maior resistência à participação em grupos de aprendizagem ou coletivos de inclusão digital, sob a crença de que “já não é mais válido” ou de que “isso é para a geração mais nova”. Conforme ressaltado pela OEI (2023), é crucial compreender que o processo de inclusão digital para mulheres idosas não deve se limitar à dimensão técnica. Apenas valorizando suas vivências será possível estabelecer ambientes receptivos de escuta e empoderamento,

fomentando um aprendizado baseado no respeito, na paciência e na promoção da independência, de modo a combater os estigmas que possam surgir na vida dessas mulheres.

4 INTERSECCIONALIDADE NA ANÁLISE DO ETARISMO E DA EXCLUSÃO DIGITAL

O conceito de interseccionalidade foi desenvolvido pela jurista e pesquisadora afro-americana Kimberlé Crenshaw, em 1989, com o objetivo de evidenciar como mulheres negras vivenciam, de forma simultânea e interligada, os impactos do racismo e do sexismo, de maneira distinta tanto em relação aos homens negros quanto às mulheres brancas. Crenshaw (1989) destacou que as abordagens analíticas tradicionais, baseadas em categorias isoladas como “raça” ou “gênero”, não eram suficientes para compreender plenamente as experiências dessas mulheres.

A interseccionalidade surge como uma ferramenta teórica e metodológica fundamental para compreender como o etarismo e a exclusão digital não operam isoladamente, mas se articulam a outros marcadores sociais, como gênero, classe, raça e território. No caso das mulheres idosas, esses marcadores se entrelaçam, produzindo formas específicas de opressão e exclusão, sobretudo no ambiente digital.

O envelhecimento feminino, historicamente atravessado por estigmas sociais, se agrava na era das redes sociais, onde a lógica algorítmica favorece juventude, produtividade e estética, marginalizando corpos e experiências que não se alinham a esses padrões. Como apontam Collins e Bilge (2021), a interseccionalidade permite entender que as desigualdades de gênero, idade e classe não são camadas separadas, mas sistemas interativos que reforçam a desvalorização de mulheres maduras, sobretudo aquelas que vivem em contextos periféricos ou são socialmente minorizadas.

A exclusão digital, portanto, não se limita à falta de acesso a dispositivos ou à internet. Ela é atravessada por barreiras estruturais e simbólicas, como o machismo, o racismo, a desigualdade econômica e os estigmas sobre o envelhecimento. Mulheres mais velhas são frequentemente vistas como incapazes de se adaptar às novas tecnologias, visão que desconsidera tanto suas trajetórias quanto os desafios materiais impostos por uma vida marcada por desigualdades históricas, como salários menores, trabalhos precarizados e acúmulo de funções domésticas e de cuidado.

Essa realidade se manifesta de forma concreta, por exemplo, quando algoritmos invisibilizam os conteúdos produzidos por essas mulheres, priorizando estéticas jovens e discursos voltados ao consumo. Da mesma forma, elas enfrentam julgamentos constantes sobre sua presença no mundo digital, sendo tachadas de “antiquadas” ou “fora de contexto”, o que deslegitima sua experiência e seu conhecimento acumulado ao longo da vida.

Por outro lado, é no reconhecimento dessa interseccionalidade que também surgem caminhos de resistência. Mulheres maduras vêm se organizando em coletivos, grupos de apoio e redes de aprendizagem digital que desafiam os estereótipos e reivindicam seu lugar nos espaços digitais. Essa resistência não se limita à inclusão tecnológica, mas à construção de novas narrativas sobre o envelhecimento, que rompem com a lógica da obsolescência e reafirmam o envelhecer como um processo de potência, reinvenção e protagonismo.

A interseccionalidade, nesse caso, surge como ferramenta crítica essencial para compreender que o envelhecimento não se manifesta de forma homogênea, sendo atravessado por recortes de gênero e posição social. As autoras evidenciam que o julgamento sobre a competência profissional e digital de mulheres mais velhas tende a ser mais severo do que aquele direcionado a seus colegas homens, ainda que compartilhem idade ou formação semelhantes.

As entrevistas analisadas neste estudo corroboram tal percepção. Relatos de desqualificação da experiência acumulada, expressos por frases como “sua abordagem parece antiquada”, reforçam a lógica de um mercado — e de um ambiente digital — que valoriza o novo em detrimento do saber consolidado. Essa valorização do novo não é neutra. Como destacam Collins e Bilge (2021), ela está inserida em estruturas de poder que operam por meio da exclusão sistemática de determinados corpos e vozes. Mulheres negras, de classes populares ou fora do padrão estético juvenil enfrentam barreiras múltiplas para serem reconhecidas como sujeitos legítimos de discurso na esfera pública online.

Além disso, os algoritmos das redes sociais contribuem para invisibilizar essas narrativas, conforme apontam Bandeira e Ronchi (2022). Plataformas como Instagram e TikTok priorizam conteúdos que reforçam estéticas jovens e dinâmicas, dificultando o alcance de mulheres que propõem abordagens alternativas à lógica da juventude eterna. Essa curadoria algorítmica, guiada por critérios de engajamento e consumo, acaba moldando o que é visto como relevante ou digno de atenção, apagando experiências que fogem desse padrão.

Dessa forma, o etarismo digital não deve ser tratado apenas como um fenômeno isolado ou como uma questão de atualização tecnológica individual. Ele é sintoma de uma organização social mais ampla, que hierarquiza corpos, saberes e vivências. A resistência, por sua vez, manifesta-se nas micro ações cotidianas de mulheres que insistem em ocupar os espaços digitais com suas histórias, seus afetos e suas práticas de vida.

Para que essa presença não seja apenas tolerada, mas celebrada, é necessário que políticas públicas e privadas sejam sensíveis à diversidade etária e interseccional. É urgente pensar em plataformas digitais menos excludentes, algoritmos menos enviesados e espaços de formação que considerem as especificidades do envelhecer feminino.

5 NARRATIVAS DE RESISTÊNCIA E EXCLUSÃO: A EXPERIÊNCIA FEMININA NO ENVELHECIMENTO DIGITAL

As falas das mulheres entrevistadas revelam, de forma contundente, os impactos do etarismo digital e como ele se articula com outros marcadores sociais, como gênero, classe e estética, no processo de envelhecimento feminino nas redes sociais. A experiência de envelhecer, longe de ser um fenômeno meramente biológico, torna-se uma questão política e social, atravessada pela lógica da invisibilidade, da deslegitimação da experiência e da constante vigilância estética.

Quando a entrevistada 3, afirma: “Sempre gostei de me cuidar e me sentir bem comigo mesma, mas as críticas online me fizeram questionar se as pessoas pensam que uma mulher de 60 anos não pode ser moderna ou vaidosa”, evidencia-se como os espaços digitais reproduzem normas que associam juventude à validade social e estética. Como afirmam Bandeira e Ronchi (2022), os algoritmos não são neutros; eles reforçam padrões estéticos e culturais que priorizam corpos jovens, dinâmicos e alinhados a uma estética performática de juventude eterna. Assim, as redes se tornam palco de uma nova forma de controle social, onde envelhecer é interpretado como sinônimo de inadequação.

Esse controle não se limita ao campo da aparência, mas também alcança o campo da produção de conhecimento e da legitimidade discursiva. Como relata a entrevistada 2: “Recebi um comentário de um jovem dizendo que minha abordagem parecia antiquada, e que eu deveria focar em ‘novas ideias’, como se a experiência adquirida ao longo dos anos fosse irrelevante”. Este depoimento escancara a desqualificação simbólica da experiência, fenômeno que, segundo Collins e Bilge (2021), está diretamente vinculado às estruturas interseccionais de poder que hierarquizam saberes, corpos e trajetórias. As mulheres maduras, portanto, não são apenas invisibilizadas esteticamente, mas também epistemologicamente, na medida em que seus saberes são deslegitimados em prol de uma lógica que supervaloriza o novo e o descartável.

Contudo, as entrevistas não apenas denunciam os mecanismos de exclusão; elas também apontam para estratégias de resistência e subversão. Isso aparece claramente na fala da entrevistada 1 ao afirmar que: “Me incentivaram a continuar a fazer ainda mais, pois a vida pertence a mim, e meu brilho ninguém apaga”. Este relato revela um movimento contra hegemônico, onde a apropriação do espaço digital se dá como um ato de reivindicação de existência, de visibilidade e de potência. Como aponta a OEI (2023), a inclusão digital das mulheres idosas ultrapassa a simples aquisição de competências técnicas; trata-se de construir espaços simbólicos de pertencimento, valorização e empoderamento.

A entrevistada 4 amplia essa perspectiva ao declarar:

A minha proposta de falar sobre vida atual para os 50 a mais era mais para que se mudasse a mentalidade de que, principalmente mulheres, eu não sou velha só porque tenho mais de 50 anos [...]. É muito mais uma abertura de mentalidade do que um combate ao etarismo.

Este posicionamento sinaliza uma transformação discursiva importante, que desloca o foco da resistência direta para a construção de novas narrativas sobre o envelhecimento. Aqui, o envelhecer é ressignificado não como decadência, mas como reinvenção, liberdade e possibilidade de construção de novos projetos pessoais, profissionais e afetivos.

A fala da entrevistada 5: “O movimento está grande. Muitas mulheres 50+ na internet, colocando seus conteúdos de maneira excepcional. E as seguidoras são umas queridas, seguem curtem, isso nos incentiva cada dia mais a continuar” exemplifica vividamente as formas de resistência coletiva ao etarismo digital. Collins e Bilge (2021), que defendem que um caminho para a mudança social passa pela “criação de comunidades de apoio” e pelo reconhecimento da experiência como um valor. O incentivo diário das seguidoras, descrito na fala, materializa essa rede de suporte, que transforma a resistência de um ato individual em um “processo de transformação coletiva”.

Entretanto, nem todas as respostas surgem em tom de enfrentamento ativo. Há também o silêncio, como demonstra a fala da entrevistada 4: “Então, eu estava terminando de ler as perguntas aqui. É isso”. Este breve comentário carrega uma densidade simbólica significativa, que pode ser interpretada como um sinal de esgotamento discursivo diante de um sistema que continuamente interroga, invalida e subestima a presença das mulheres maduras, tanto no ambiente digital quanto no social. Este silêncio, longe de ser mero desinteresse, pode ser lido como sintoma das violências simbólicas acumuladas ao longo de uma trajetória marcada pela invisibilidade e pela desautorização social (Collins; Bilge, 2021).

As análises aqui apresentadas evidenciam que o etarismo digital não opera isoladamente, mas se articula a sistemas mais amplos de dominação baseados no gênero, na classe e na estética. As plataformas digitais, movidas por lógicas algorítmicas, reforçam modelos que naturalizam a exclusão das mulheres que não performam os padrões hegemônicos de juventude, produtividade e beleza. Como destacam Mozzato e Paiva (2023), a desvalorização da experiência não é um fenômeno acidental, mas estruturante das dinâmicas contemporâneas de exclusão.

Por outro lado, as trajetórias das mulheres entrevistadas demonstram que há caminhos de resistência que passam tanto pela apropriação das tecnologias quanto pela construção de redes de apoio, narrativas alternativas e espaços de acolhimento. A disputa, portanto, não é apenas por acesso tecnológico, mas, sobretudo, pela possibilidade de habitar o digital de forma plena, legítima e reconhecida.

Essa análise reafirma que a luta contra o etarismo e a exclusão digital não é apenas uma questão de acesso, mas de direito à dignidade, à visibilidade e à construção de novos sentidos para o envelhecer feminino na contemporaneidade.

6 CONCLUSÃO

O envelhecimento feminino na era digital escancara os efeitos de um etarismo que, aliado a marcadores como gênero, classe e território, reforça processos de invisibilização, desqualificação da experiência e exclusão simbólica. As redes sociais, que poderiam ser espaços de inclusão, muitas vezes reproduzem padrões que associam juventude à competência e envelhecimento à obsolescência, afetando profundamente a forma como mulheres maduras são percebidas, tratadas e representadas.

Entretanto, os relatos aqui analisados também revelam que essas mulheres não aceitam passivamente o apagamento que lhes é imposto. Pelo contrário, elas constroem estratégias de resistência, reivindicam sua presença e reconfiguram, à sua maneira, as dinâmicas digitais.

Diante desse cenário, é urgente que sejam implementadas ações que vão além do combate simbólico ao etarismo. É necessário desenvolver políticas públicas voltadas à inclusão digital de mulheres 50+, que contemplem não apenas o acesso a dispositivos e internet, mas também formação continuada, alfabetização digital sensível às especificidades desse grupo e a criação de espaços de escuta e acolhimento.

As plataformas digitais também precisam assumir sua responsabilidade social, repensando algoritmos que reforçam padrões excludentes e criando ferramentas que promovam diversidade etária, de gênero e de corpos. Além disso, é fundamental que campanhas educativas sejam desenvolvidas para desconstruir estigmas relacionados ao envelhecimento, especialmente no ambiente online.

Por fim, fomentar redes de apoio, coletivos, espaços de troca e produção de conteúdo protagonizados por mulheres maduras é uma estratégia potente para enfrentar o etarismo digital. Promover a inclusão plena dessas mulheres não é apenas uma questão de acesso à tecnologia, mas de garantir que o envelhecimento seja vivido com dignidade, visibilidade, pertencimento e autonomia. Somente assim será possível construir um ambiente digital, e social, verdadeiramente inclusivo, intergeracional e livre de preconceitos.

REFERÊNCIAS

- ALVIM, K. C. B. L.; ROCHA, F. S.; CHARIGLIONE, I. P. F. S. O idoso e o uso da tecnologia – uma revisão sistemática da literatura. *Revista Kairós: Gerontologia*, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 239-258, 2018.
- BANDEIRA, N.; RONCHI, C. C. *Redes Sociais: A Doce Tirania das Vidas Expostas*. São Paulo: Editora XYZ, 2022.
- BYTHEWAY, B. *Ageism*. Buckingham, London: Open University Press, 2001.
- CAMARANO, A. A. *Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?* Rio de Janeiro: IPEA, 2016.
- COLLINS, P. H.; BILGE, S. *Interseccionalidade*. São Paulo: Editora Boitempo, 2021.
- CRENSHAW, K. *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics*. *University Of Chicago Legal Forum*. Chicago, p. 139-167, 1989.
- FERRACIOLI, P. As questões de gênero na exclusão digital. *Ponte: grupo de pesquisa em comunicação, política e tecnologia*. Paraná, 07 jul. 2021. Disponível em: <https://ponte.ufpr.br/blog/2021/07/07/as-questoes-de-genero-na-exclusao-digital/>. Acesso em: 28 abr. 2025.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pirâmides etárias absolutas: Brasil – 1980, 2017 e 2060*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil*. 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html>. Acesso em: 05 jun. 2025.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Tábuas completas de mortalidade para o Brasil – 2022*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.
- MINICHIELLO, V.; BROWNE, J.; KENDIG, H. Perceptions and consequences of ageism: views of older people. *Ageing And Society*, [S.L.], v. 20, n. 3, p. 253-278, maio 2000. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1017/s0144686x99007710>.
- MOZZATO, A. R.; PAIVA, K. C. M. Ageísmo no continuum da vida laboral de professores universitários. *Preprints SciELO*, 2023. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/10493>. Acesso em: 21 abr. 2025.
- MURARO, R. M. *A mulher no terceiro milênio*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.
- ONU MULHERES. *Relatório da ONU demanda ação global imediata para acabar com desigualdades de gênero*. 2024. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/panorama-de-genero-2024/>. Acesso em: 05 jun. 2025.

ORGANIZAÇÃO DE ESTADOS IBERO-AMERICANOS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (OEI); ORGANIZAÇÃO IBERO-AMERICANA DE SEGURIDADE SOCIAL (OISS). Protocolo sobre o acesso das pessoas idosas à sociedade digital na Ibero-América. [S.l.]: OEI; OISS, 2023.

SOARES, D. C. R.; MATTARAIA, F. P. L. I.; CASTRO, M. M. F. L. O etarismo e seus impactos no direito ao trabalho da população envelhecida. *Revista Jurídica Luso-Brasileira*, Lisboa, v. 10, n. 4, p. 237-258, 2024.

TAVARES, M. M. K.; SOUZA, S. T. C. Os idosos e as barreiras de acesso às novas tecnologias da informação e comunicação. *RENOTE – Revista Novas Tecnologias na Educação*, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 1-10, 2012.

WARSCHAUER, Mark. *Technology and social inclusion: rethinking the digital divide*. Cambridge, MA: MIT Press, 2003.